

DA NECESSIDADE DE REFLETIR SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A Revista Movimentos Sociais tem como foco a temática dos movimentos sociais. Os movimentos sociais se tornaram temas de pesquisa cada vez mais presentes na produção intelectual mundial, especialmente a partir dos anos 1960¹. A emergência de alguns movimentos sociais a partir dessa época, como o movimento ecológico, o pacifista, etc., o fortalecimento de outros, como o feminino, e a radicalização de alguns no final dessa década, como o negro e o estudantil, significaram uma ampla mobilização social, marcada por contradições, conflitos, avanços e recuos.

As ciências humanas em geral e a sociologia em particular, vão a reboque das mudanças sociais e passam a analisar a evolução, as características, entre outros

¹ Essa afirmação, sem dúvida, depende do conceito e concepção de movimentos sociais. Aqui nos referimos aos movimentos sociais excluindo os movimentos de classes sociais (como o movimento operário e camponês), o que significa que estamos nos referindo apenas aos movimentos de grupos sociais.

aspectos, dos movimentos sociais. Muitas vezes se tratam de estudos empíricos ou de casos concretos sem grande reflexão teórica ou análises profundas; em muitos casos trata-se de reflexões incipientes. Com o passar do tempo foram surgidas as primeiras abordagens mais especializadas no fenômeno dos movimentos sociais. Esse processo se ampliou a partir dos anos 1970 e ganhou mais espaço ainda a partir da década seguinte.

Na atualidade, estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais se ampliam. O tratamento de casos concretos se avoluma e fortalece a necessidade de reflexões teóricas e conceituais gerais, por um lado, e sobre os movimentos sociais específicos, por outro.

A Revista Movimentos Sociais vem para contribuir com essas reflexões e abrir espaço para que os pesquisadores de movimentos sociais possam expor e divulgar suas contribuições. Por outro lado, espera que esse processo consiga romper com o isolacionismo da pesquisa espalhada pelo Brasil, um país continental que possui dificuldades de intercâmbio intelectual, apesar das novas tecnologias e da internet, mais especificamente. Outra expectativa é que as reflexões sobre os movimentos sociais aqui publicadas contribuam com o desenvolvimento de uma bagagem cultural dos próprios ativistas dos movimentos sociais, no sentido da autorreflexão e avanço na constituição de uma produção autóctone em colaboração com a produção alóctone. Esse

processo significa, sem dúvida, uma intervenção real nas lutas sociais.

Os movimentos sociais na sociedade moderna possuem um significado político que não pode ser desconsiderado. Para bem ou para o mal², os movimentos sociais são parte das lutas de classes e das lutas sociais contemporâneas. Há uma luta pela hegemonia no interior de cada movimento social, bem como a ação efetiva das organizações e tendências dos movimentos sociais acabam reforçando um lado ou outro na luta política. Isso revela a importância política da análise e reflexão teórica sobre os movimentos sociais. Inclusive, na contemporaneidade, os movimentos sociais acabam sendo influenciados por ideologias e concepções obscurantistas, para citar apenas um problema, e a tendência para uma crise em âmbito mundial coloca a necessidade de superação do obscurantismo e hegemonia atual no interior dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais enfrentam diversos problemas e dilemas. Um dilema dos movimentos sociais é que a eficácia de sua luta pressupõe organização,

² Aqui descartamos qualquer concepção apologética dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são produtos da sociedade moderna e isso, por si só, já mostra seus limites, sem falar em sua variedade conservadora e reformista, bem como diversos problemas concretos. Uma concepção crítica dos movimentos sociais é necessária, inclusive para que eles promovam sua autossuperação e contribuam, efetivamente, com a transformação radical e total da sociedade.

crescimento organizacional, que significa, por sua vez, mercantilização e burocratização. Esse processo de mercantilização e burocratização, por sua vez, promove a substituição de objetivos, tal como tematizada por Amitai Etzioni e por artigo no presente número da revista. Esse exemplo já aponta para as dificuldades concretas encontradas pelos grupos sociais que geram movimentos sociais e como estes estão submetidos à dinâmica capitalista, não estando, como pretendem alguns pesquisadores, isolados dessa realidade mais ampla.

A sociedade brasileira hoje vive um momento difícil. Depois de uma breve irrupção do movimento estudantil com a luta pelo passe livre e as grandes manifestações populares de 2013, emergiu uma situação contraditória, posições ambíguas, estagnação governamental, num contexto de fortalecimento da repressão, megaeventos, e polarização política entre governistas e antigovernistas, o que culminou com uma crise financeira e uma crise político-institucional. Esse contexto gerou um *impeachment* e trouxe um governo mais veloz e eficaz para fazer o que o anterior era lento e pouco eficaz: expressar os interesses imediatos da classe dominante.

A reflexão sobre esses processos se torna fundamental e as ciências humanas não poderiam se afastar dessa necessidade premente, embora o faça por seu desligamento da realidade concreta e dos problemas

nacionais e internacionais. A falta de reflexão, de pesquisa, de teoria, de compreensão da situação nacional gera uma possibilidade de ações irrefletidas, opções equivocadas, etc. O pior é o risco de retorno do barbarismo ou então uma nova tragédia social.

O retorno do barbarismo vem se esboçando e uma crise mundial pode trazer de volta o fascismo como solução burguesa. A chamada “esquerda” não consegue superar os seus limites e criar um projeto alternativo (embora esse já exista) e tende, com suas ações e ideologias, a agir supostamente contra o barbarismo e, no fundo, reforçá-lo. Aliás, uma ação trágica é justamente aquela que tem uma finalidade mas que produz o seu contrário. O Governo Dilma, por exemplo, foi trágico, pois reforçou as forças conservadoras e até mesmo as reacionárias.

Os intelectuais, os movimentos sociais, a juventude, os trabalhadores, são algumas das forças que poderiam apontar para um projeto alternativo que superasse isso. Os intelectuais, no entanto, parecem estar muito mais preocupados com seus salários e interesses pessoais e agem em política em função destes e não do que antigamente se chamava de sua “missão”, “responsabilidade”, “função”, etc. Cabe aos intelectuais que não cedem aos modismos, que mantêm compromisso com a verdade e com a transformação social, bem como que não colocam seus interesses pessoais e imediatos

acima de qualquer coisa, inclusive dos seus interesses fundamentais como seres humanos, contribuírem com uma reflexão crítica e aprofundada sobre a realidade.

Os movimentos sociais são muito divididos, sofrem muitas influências, mas, mesmo assim, poderiam se superar e contribuir com a transformação social. No entanto, para isso, precisariam romper com sua submissão à hegemonia do paradigma subjetivista hoje reinante e vincular suas lutas específicas com a luta pela transformação social. Alguns setores e tendências apontam para isso, mas é necessário o seu fortalecimento para que os sonhos não se tornem pesadelos.

A juventude traz em si um potencial revolucionário por estar menos integrada na sociedade moderna, apesar de estar submetida ao mesmo processo de dominação cultural e sem ter outros espaços de esclarecimento e constituição de alternativas. Alguns setores avançam, como os secundaristas no Brasil, o que é um ponto de partida e não o ponto de chegada, como alguns pensam. Outros setores e tendências também emergem no seu interior e podem, num futuro próximo, ser uma grande contribuição para constituição de um projeto e lutas pela transformação social no sentido mais profundo e radical do termo.

Os trabalhadores em geral, e o proletariado em particular, encontram dificuldades de ultrapassar as lutas cotidianas, que tem sua origem nos processos sociais

concretos (as ações do capital para enfraquecer as lutas dos trabalhadores, como a reestruturação produtiva, a hegemonia, burocratização, divisionismo, etc.). A reemergência de lutas mais estruturadas por parte dos trabalhadores e do proletariado se torna fundamental, inclusive para que os outros setores da sociedade acima mencionados avancem e contribuam mais efetivamente com a luta.

As políticas de austeridade que são anunciadas e a desestabilização do regime de acumulação atual abrem amplas perspectivas para tal reemergência. Esse é o contexto em que vivemos e que a análise dos movimentos sociais deve ser realizada.

As políticas de austeridade são anunciadas e algumas já começam a ser colocadas em prática e é da juventude que vem a primeira forma de mobilização em contraposição a esse processo. Os estudantes secundaristas, que já vinham sendo atuantes (desde as ações estudantis de maio de 2013 até as ocupações de escolas em São Paulo e Goiânia em contraposição à implantação das OS – Organizações Sociais) e agora, com mais força no Paraná, retomam a ação e acabaram levando os estudantes universitários a realizarem ocupações. Esse é um fenômeno social importante e que precisa ser compreendido. Mas toda compreensão só contribui realmente com a transformação social se for crítica e não apologética. Ir além do simplório “ser contra ou ser a

favor” é fundamental, pois o que interessa, numa reflexão teórica que ultrapasse a superficialidade, é um conjunto complexo de questões e problemas, que envolve jogo de interesses, formas de consciência, diversos agentes (indivíduos, grupos, classes, partidos, etc.), num contexto social global igualmente complexo. A realidade não é simples e a simplificação da realidade apenas beneficia os detentores do poder.

O caso das ocupações estudantis hoje merece, portanto, uma reflexão ampla, crítica e aprofundada. Não é nosso objetivo aqui fazer isso. Aqui há espaço apenas para breves reflexões que podem lançar a fagulha para processos mais amplos, críticos e profundos de reflexão e análise. O que significam as ocupações estudantis? Como surgiram? Quais seus objetivos? Qual sua possibilidade de sucesso ou avanço? Essas são algumas questões importantes. No entanto, vamos apenas expressar as vozes de alguns estudantes entrevistados que ocuparam o IFG – Instituto Federal de Educação, Campus Goiânia, e UFG – Universidade Federal de Goiás, onde foram feitas cinco entrevistas em cada um desses lugares³.

A entrevista centrou em questões básicas: 1) a razão para a realização da ocupação; 2) quais resultados são esperados; 3) quais as dificuldades encontradas. As respostas apontam em quase todos os casos, nas duas

³ Agradecemos a Gabrielle Andrade da Silva por ter realizado as entrevistas.

localidades, para a questão da PEC 55 (241) e muitas relacionadas com a questão da reforma educacional e algumas outras menos citadas, incluindo, em uma entrevista no IFG, pautas internas (assédio sexual e moral sofrido pelos estudantes na instituição). Sobre o resultado que se espera da ocupação, alguns colocavam barrar a PEC 55, conscientizar a população ou chamar atenção para o problema, combater as políticas “de direita” do novo governo, entre outras. A respeito das dificuldades, os pontos principais levantados pelos entrevistados foram: dificuldade de ampliar a mobilização, pressão externa e interna para acabar a ocupação, divergências e problemas de convivência interna, ação de professores e servidores instigando outros alunos contra a ocupação (IFG), “ideologias e pensamento diferentes” (IFG)⁴.

O entrevistado 01 do IFG afirma que o movimento para a ocupação começou através do comitê sobre “escola sem mordada” e evento paralelo (promovido pelo Grêmio e outros coletivos) para discutir IFG e outras questões, sendo que, com o aparecimento da PEC 55 e as “políticas autoritárias” do governo Temer. Nesse contexto de insatisfação a assembleia chamada dia 18 acabou aprovando a ocupação. As pautas internas foram incluídas entre as reivindicações da ocupação. Uma delas é a

⁴ A especificação é quando o elemento parece ocorrer em apenas uma das duas instituições, o que é deduzido a partir das próprias entrevistas.

formação de um “conselho de ética” no Campus, visando resolver o problema de assédio (sexual e moral), que é forte na instituição. O Grêmio já conversou com a direção mas nada se resolve.

Duas entrevistadas recordaram a tradição de luta do IFG, desde que se chamava “Escola Técnica”⁵ e aponta este como um dos elementos que explicam a ocupação. Uma entrevistada (entrevista 04) recorda que esse processo vem ocorrendo a muito tempo, desde a década de 1990, quando se inicia um processo de privatização da saúde e educação. E acrescenta que a luta é contra várias ações governamentais e não apenas a PEC 55.

Na ocupação na Faculdade de Ciências Sociais, a entrevistada 01 coloca diversas questões como razão para a ocupação: PEC 55, reforma do ensino médio, OS (Organizações Sociais para gestão escolar), militarização das escolas. Aponta como uma das dificuldades o “modelo academicista” (aulas e aulismo). As demais entrevistas na UFG, que trazem mais material, embora apontando para

⁵ A origem da instituição remonta à Escola de Aprendizes Artífices (criada em 1909, ainda na cidade de Goiás – cujo nome era na época Vila Boa –, antiga capital do Estado) que foi transferida para a nova capital em 1942, passando a se chamar Escola Técnica Federal de Goiânia. A instituição ganha maior autonomia em 1959 e em 1965 passa a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás. Em 1999, ela passa a ter curso superior e altera seu nome para Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO). Em 2008, torna-se autarquia federal ligada ao Ministério da Educação e altera seu nome para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

uma linha geral semelhante, apontam para os problemas relativos a PEC e outras ações governamentais, com alguns destacando o “golpe” (*impeachment*).

Essa breve descrição serve para mostrar que existe um processo de debate no interior das duas instituições (com suas diferenças, tanto pela instituição quanto por outros aspectos derivados), e que, certamente, se diferem de outros casos em algumas questões, bem como possuem semelhanças.

O caso das ocupações aponta para a necessidade de uma ampla reflexão sobre os movimentos sociais, tal como o movimento estudantil secundarista e universitário, bem como estar atento para seus dilemas e problemas. As entrevistas dos ocupantes no aponta para posicionamentos, nem sempre homogêneos e nem sempre suficientemente aprofundado.

No fundo, os estudantes apontam para os mesmos dilemas existentes na sociedade brasileira contemporânea. Duas correntes de opinião são predominantes: a constituída pelo bloco dominante, pregando um neoliberalismo ortodoxo e a necessidade de políticas de austeridade (favorável à PEC 55, reforma da previdência, etc.) e a elaborada pelo bloco progressista, contrária à PEC 55 e a interpretando como “PEC do fim do mundo”.

Uns transformam uma decisão política e problemática em “necessidade” e “único caminho” e os seus adversários a transforma em “fim do mundo”,

inaceitável e não propõe nenhuma alternativa concreta. Aqui retomamos a questão da necessidade de reflexão e da responsabilidade dos intelectuais. No entanto, estes, na maioria dos casos, ou assumem uma posição conservadora (a do bloco dominante) ou uma posição populista (a do bloco progressista), apoiando tudo e todos que fazem alguma manifestação, ocupação, etc., sem trazer nenhuma contribuição real (por exemplo, uma análise profunda da PEC 55 e outras propostas governamentais, da conjuntura política indo além da superficialidade, etc.). Não cabe aos intelectuais ficar bajulando os movimentos sociais e nem mesmo o movimento operário, pois se seu compromisso é com o proletariado (logo, com a verdade e a transformação social) então a reflexão crítica é uma necessidade e isso seria uma contribuição real e não apenas reforçar as correntes de opinião predominantes.

A juventude e os ocupantes apontam para algo. Com as diferenças regionais, municipais, institucionais e até mesmo no interior de uma mesma instituição, estão abrindo espaço para o debate e a possibilidade de avançar. Assim, a reflexão crítica autóctone do movimento estudantil juntamente com a reflexão crítica alóctone, pode contribuir para a constituição de um movimento mais amplo e estruturado.

Para os pesquisadores dos movimentos sociais, fica não só a necessidade da reflexão crítica, mas também do aprofundamento. Como determinados setores ou ações

dos movimentos sociais (ou, no caso, do movimento estudantil) se organizam? Como suas concepções são formadas? Como suas táticas são constituídas? Qual sua eficácia? Quais os pressupostos teóricos ou ideológicos ou quais concepções estão presentes? Quais são as forças políticas externas que atuam internamente?

Essas reflexões se tornam fundamentais, tanto para o pesquisador quanto para os próprios movimentos sociais, inclusive para que eles não se tornem movimentos trágicos.

A Revista Movimentos Sociais abre espaço para um conjunto de reflexões que podem contribuir com esse processo de repensar e refletir criticamente sobre os movimentos sociais, suas lutas, seus caminhos, suas tendências, suas mutações. Os textos aqui apresentados destacam questões teóricas, análises de movimentos sociais específicos, aspectos culturais e históricos. Esperamos que os leitores encontrem aqui um material que contribua com a necessária reflexão crítica sobre os movimentos sociais.